

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita estima fim do incentivo fiscal para o Perse no 1º semestre 2

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita impõe condição para redução de IR com incentivo fiscal 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária: os jogos vão começar (Artigo) 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Haddad discute orçamento com Lula de olho no congresso 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Sem pagamento de emendas 8

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planalto busca na oposição votos para aprovar projetos do governo na Câmara 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma da renda esperará eleição das mesas, diz Haddad 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsa sobe mais de 1% e dólar recua para R\$ 6,112 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Juro pode ficar acima de 15% em 2025 14

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trudeau renuncia ao cargo de premiê em meio a crise política no Canadá 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Haddad nega mudar câmbio para conter dólar 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

2025 deve ter idas e vindas na agenda fiscal (Artigo) 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Setor público acumula déficit de 1,41% do PIB até 3º tri, aponta BC 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar recua e projeções para Selic voltam a 16% 22

Receita estima fim do incentivo fiscal para o Perse no 1º semestre

Jéssica Sant"Ana De Brasília

A **Receita Federal** estima que o incentivo fiscal para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) vai acabar no primeiro semestre deste ano, quando deverá ser atingida a renúncia de R\$ 15 bilhões. A conclusão consta em relatório divulgado pelo fisco.

A lei que reformulou o programa estabeleceu teto de até R\$ 15 bilhões em renúncia fiscal para a prorrogação do Perse, com prazo máximo de utilização até dezembro de 2026. Mas, somente de abril a outubro do ano passado, as empresas já utilizaram R\$ 7,1 bilhões do limite, ou seja, 47,4% do total de renúncia permitido por lei.

"Mantida essa tendência de utilização do Perse, tal benefício fiscal poderá ter seu limite autorizado de R\$ 15 bilhões, previsto para acabar em dezembro/2026, esgotado no primeiro semestre de 2025", diz a Receita em relatório. A lei prevê que o programa é encerrado a partir do mês seguinte em que o Executivo demonstrar que o custo fiscal acumulado atingiu o limite fixado.

O Perse permite às empresas beneficiadas não pagar quatro **tributos** federais. A maior renúncia verificada de abril a outubro do ano passado foi de Cofins (39,51%), seguido de Imposto de Renda (36,26%), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15,21 %) e Pis/Pasep (9,02%).

Em relação aos setores que mais utilizaram o Perse até outubro, a liderança fica com empresas da área de alojamento e alimentação. Depois, aparecem atividades administrativas e negócios relacionados a artes, cultura, esporte e recreação. Das empresas que têm usufruído do benefício, 51,7% são do lucro real, e 48,1%, do lucro presumido.

A **Receita Federal** destaca, ainda, que os dados de outubro de 2024 são parciais, já que o relatório foi fechado antes do prazo final de entrega da declaração de fruição de incentivos tributários.

O Perse foi criado em 2021 para ajudar empresas que tiveram de paralisar atividades durante a pandemia de covid-19. A atual equipe econômica do governo queria revogar completamente o programa, voltando a cobrar os **tributos** das empresas, mas precisou ceder diante

da resistência do Congresso Nacional.

O que a equipe econômica conseguiu foi inserir na lei o teto de R\$ 15 bilhões ou prazo máximo de duração até dezembro de 2026, o que ocorrer primeiro. Também foi reduzido de 44 para 30 o número de atividades econômicas que poderiam se enquadrar no Perse.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188083?page=1§ion=1>

Receita impõe condição para redução de IR com incentivo fiscal

Adriana David De São Paulo

A **Receita Federal** publicou solução de consulta que mantém uma condição para incentivos e benefícios fiscais de ICMS serem considerados subvenções para investimento e, assim, reduzirem a base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL na tributação pelo regime de lucro real. Para o órgão, é necessário "que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos".

O entendimento, que está na Solução de Consulta nº 7022, publicada em dezembro pela Divisão de Tributação (Disit) da 7ª Região Fiscal da Receita (ES e RJ), contraria a Lei Complementar (LC) nº 160, de 2017, decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo tributaristas.

Além disso, dias depois, em 26 de dezembro, a Receita publicou um Ato Declaratório Interpretativo (ADI) RFB nº 4, na mesma linha, sobre o tratamento tributário aplicável às subvenções para investimento, de que trata o artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

"Apesar de posicionamentos contrários do judiciário, a **Receita Federal** mostra com a solução de consulta que mantém uma posição antiga e continua resistente", afirma Fábio Calcini, tributarista do escritório Brasil Salomão, acrescentando que o texto publicado deixa explícita a aplicação do Parecer Normativo CST nº 112, de 1978, que trata do tema.

Na solução de consulta, segundo Calcini, a Receita desconsidera a LC 160, que teria solucionado a questão e entende qualquer incentivo fiscal de ICMS como subvenção para investimento. Pelo texto publicado agora, esses benefícios só poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real se forem observados "os requisitos e as condições **impostos** pelo artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos".

O tributarista também cita a decisão da 1ª Seção do STJ no Tema 1.182, que veda a exclusão de incentivos do imposto estadual do cálculo do IRPJ e da CSLL. "A jurisprudência do **Carf** também não aplica

o parecer normativo", diz Calcini. "As decisões caminham em reconhecer o posicionamento do contribuinte."

Eduardo Pugliese, sócio do escritório Schneider Pugliese Advogados, destaca que a Lei Complementar nº 160 equipara quaisquer incentivos fiscais de ICMS às subvenções para investimento e "é uma equiparação absoluta". "Então, o contribuinte não precisa fazer prova alguma de que o incentivo foi obtido tendo por contrapartida a instalação, a ampliação de empreendimentos econômicos", afirma.

Esse ponto, acrescenta, foi destacado em uma das teses estabelecidas no julgamento do Tema 1.182 do STJ. De acordo com os ministros da 1ª Seção, "para a exclusão dos benefícios fiscais relacionados ao ICMS - tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, entre outros - da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, não deve ser exigida a demonstração de concessão como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos".

Na visão do tributarista Bernardo Leite, do escritório ALS Advogados, a LC 160 é clara ao não exigir qualquer requisito ou contrapartida para que o benefício de ICMS seja reconhecido como subvenção para investimento e, portanto, excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

O **Carf**, afirma o advogado, já proferiu decisões favoráveis aos contribuintes. Em novembro, por unanimidade, a 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção cancelou autuação fiscal relativa à exclusão indevida referente a subvenções para investimento de uma fabricante de plástico de Manaus (processo nº 10.283.727396/2022-84).

Mas Leite alerta que essa situação pode mudar. "O melhor caminho para as empresas é buscar uma medida judicial de forma a resguardar seu direito", diz.

O advogado também destaca que a solução de consulta é da Disit da 7ª Região Fiscal, que abrange os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, ou seja, não vincula o país todo, mas apenas a superintendência da Receita regional. "Em suma, o que a **Receita Federal** está fazendo é, sob a guisa de uma interpretação da lei, distorcê-la a ponto de torná-

la ineficaz", avalia Leite.

Porém, o ADI RFB nº 4 tem abrangência nacional. Por meio dele, a Receita diz que o artigo 30 da Lei 12.973 tem como objetivo impedir que o acréscimo patrimonial proporcionado pela receita correspondente às transferências de recursos qualificadas como subvenções para investimento, realizadas por pessoas jurídicas de direito público, seja computado na determinação do lucro real, desde que atendidos os requisitos e condições nele previstas, além do disciplina-mento contido no artigo 198 da Instrução Normativa RFB nº 1.700/ 2017, sem prejuízo do disposto no parágrafo 4o do referido artigo 30.

"A Receita mostra com a solução de consulta que mantém uma posição antiga e continua resistente"
Fábio Calcini

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Receita impõe condição para redução de IR com incentivo fiscal

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188083?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188083?page=1§ion=2)**

Reforma tributária: os jogos vão começar (Artigo)

Wesley Rocha e Pedro Merheb

Wesley Rocha e Pedro Merheb São, respectivamente, membro do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**; e membro do Grupo de Trabalho n.º 7 sobre acompanhamento legislativo da Comissão Extraordinária da **Reforma Tributária** da OAB-DF

A regulamentação do IVA dual e do imposto seletivo (Projeto de Lei Complementar n.º 68 de 2024) teve sua fase deliberativa concluída no Congresso Nacional e aguarda a sanção do presidente da República. Embora o projeto de lei que trate do Comitê Gestor do IBS siga aguardando distribuição no Senado Federal, tudo indica que ambos deverão estar em vigor nas primeiras semanas do ano legislativo que segue.

Essa, porém, é apenas a primeira etapa do desenvolvimento da **reforma tributária**.

Em termos concretos, os trabalhos apenas começaram.

Com a transição rosnando à porta, o governo federal deve correr para mitigar ao máximo a complexidade que nos espreita durante os próximos sete anos.

No âmbito da União, o legislador orçamentário deverá acomodar os fundos criados pela Emenda Constitucional n.º 132, quais sejam: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais.

Embora as transferências para o primeiro devam acontecer apenas a partir de 2029, o segundo, por força do art.

12, § 1.º, deve receber R\$ 8 bilhões já em 2025.

Em adição, deve o Senado Federal editar resolução para fixar as alíquotas de referência para os entes subnacionais tão logo seja concluída a fase regulamentar para: (a) consolidar a carga tributária nacional e (b) desincentivar assimetrias regionais por meio de alíquotas próprias.

Aos Estados, municípios e ao Distrito Federal, por seu turno, cabe articular as indicações referentes à composição do Comitê Gestor, o qual deve editar

regulamento pormenorizando a administração do Imposto sobre Bens e Serviços antes de 2026, quando terá início a chamada transição geral ou transição para o contribuinte.

Sem embargo, o desenvolvimento do split payment, bem como sua ulterior integração pelas instituições de pagamento, é condição indeclinável para o regular funcionamento do novo sistema tributário sobre o consumo. Em adição, tal mecanismo deve primeiramente vencer os impasses técnicos e estruturais relativos à sua concepção, acautelando o Fisco e os contribuintes de percalços operacionais durante a transição geral.

Portanto, por mais industriosa que tenha sido a condução da fase atual pelo legislador tributário, ela é apenas uma das etapas a serem percorridas. A reforma, traduzida pelo programa normativo da Emenda Constitucional n.º 132, verdadeiro rubicão na história tributária nacional, depende de um mosaico de atos a serem executados ao longo do tempo em severa observância à cronologia determinada pelo constituinte derivado reformador, sob o risco de baldar, em sede constitucional e infraconstitucional, o seu projeto ao éter de uma revolução que nunca foi.

Governo federal deve correr para mitigar a complexidade que nos espreita durante os próximos sete anos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad discute orçamento com Lula de olho no congresso

RAFAELA GONÇALVES E VICTOR CORREIA

O ministro da Fazenda Fernando Haddad, voltou mais cedo das férias ontem para se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O chefe da equipe econômica afirmou que o encontro se deu para dar encaminhamento às pautas econômicas do ano e que a votação do Orçamento no Congresso foi o tema central. "Fui apresentar para ele o planejamento do Ministério da Fazenda, já agendando reuniões futuras, inclusive prevendo a instalação dos trabalhos legislativos, e começamos o primeiro despacho do ano", disse a jornalistas após a reunião.

O Orçamento de 2025 acabou não sendo votado pelo Legislativo no fim do ano passado em razão da falta de tempo devido à tramitação acelerada do pacote de corte de gastos enviado pelo governo. A expectativa é de que a lei orçamentária seja votada em fevereiro. "Não conversamos sobre (novos) cortes de gastos. Discutimos outros temas, o Orçamento. A prioridade agora é votar o Orçamento", disse.

Sem a peça orçamentária aprovada, o governo começa o ano com algumas restrições. "Tem uma regra para isso, enquanto não votar o Orçamento no começo do ano, e no começo do ano tem sempre uma execução mais lenta mesmo, ordinariamente. Mas nós temos que discutir falar com o relator para ajustar o Orçamento às perspectivas do arcabouço fiscal e das leis que foram aprovadas, no fim do ano passado", afirmou.

O ministro negou ainda a possibilidade de aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a saída de dólares do Brasil como medida para conter a alta da moeda norte-americana, rumor que vem se espalhando no mercado financeiro. "A questão do dólar, a gente precisa entender como uma coisa que tem um processo de acomodação natural. Nós tivemos um estresse no fim do ano passado, no mundo todo, e temos aqui um estresse também no Brasil", enfatizou.

"Hoje mesmo, o presidente eleito dos Estados Unidos (Donald Trump) deu declarações moderando determinadas propostas que foram feitas ao longo da campanha, é natural que as coisas se acomodem. Mas não existe discussão de mudar o regime cambial no Brasil", enfatizou.

Na ocasião, Haddad informou também que o governo vai aguardar a eleição da presidência da Câmara dos Deputados e do Senado para iniciar a discussão da reforma da renda.

Em dezembro, a pasta identificou inconsistências no projeto, que está em fase de elaboração pelo Executivo.

Questionado sobre a situação da proposta, o ministro respondeu: "Eu vou saber hoje. A Receita não rodou o novo modelo ainda, porque nós estávamos terminando o ano com muitas coisas, mas isso já deve ficar pronto nos próximos dias".

DESCANSO INTERROMPIDO

Haddad estava em São Paulo e voltou para Brasília na manhã de ontem, para participar do encontro. O ministro estava de férias desde o dia 2 de janeiro. Por ordem de Lula, todos os ministros devem estar presentes para o ato em memória de dois anos dos ataques de 8 de janeiro, amanhã. Originalmente, Haddad entraria novamente de férias entre 10 e 21 de janeiro. No período, ele se dedicaria a acompanhar a recuperação de sua esposa, Ana Esteia Haddad, que passou por uma cirurgia. Porém, como Ana se recuperou bem, o ministro decidiu cancelar as férias, que serão remarçadas mais para frente.

Haddad volta à Fazenda em meio a pressões do mercado financeiro sobre o pacote de corte de gastos, que foi considerado insuficiente para ajustar as contas públicas. Além disso, o governo enfrenta uma perspectiva desafiadora para a economia neste ano, com previsões de aumento da **inflação**, dos juros e desaceleração do crescimento, além do aumento do dólar acima do patamar de R\$ 6.

MEMÓRIA Dois anos após os atos antidemocráticos que destruíram as sedes dos Três Poderes em Brasília, o país se prepara para lembrar o episódio amanhã. O presidente Lula organizou uma série de eventos para marcar a data e receber autoridades de todo o Brasil, que são aguardadas em ao menos um dos momentos organizados pelo Palácio do Planalto. O primeiro ato será às 9h30, na Sala de Audiências do Palácio do Planalto. Haverá uma cerimônia de reintegração de obras de arte danificadas durante a invasão do início de 2023. Depois, no terceiro andar

do prédio - onde fica o gabinete da Presidência da República -, será realizado o descerramento da obra As Mulatas, de Di Cavakanti. Esse momento está marcado para as 10h30.

Às 11h, Lula fará uma cerimônia com autoridades no Salão Nobre do Palácio do Planalto, onde o presidente promove os principais atos políticos. Segundo apurou o Estado de Minas, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), foi convidado para participar do ato, mas ainda não decidiu se vai vir a Brasília. O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estará presente. Em seguida, haverá o "Abraço da Democracia", na Praça dos Três Poderes. Lula descerá a rampa do Planalto para chegar ao local. A ideia é representar a força da democracia, com o presidente eleito refazendo o ato da posse.

FUNCIONALISMO O ano de 2025 promete trazer mudanças importantes para os **servidores públicos** federais, com a implementação da Medida Provisória (MP) 1.286/24, que inclui reajustes salariais e uma reestruturação significativa no funcionalismo público. O acerto será implementado de forma retroativa a partir deste mês, dependendo da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos afirma que os valores estão dentro dos parâmetros estabelecidos pelo novo arcabouço fiscal, que mantém os gastos com pessoal em 2,58% do Produto Interno Bruto (PIB), o mesmo nível registrado em 2022. O acumulado chega a 27%, em média, e tem impacto de R\$ 17,9 bilhões, em 2025, e de R\$ 8,5 bilhões, em 2026. Apresentada pelo governo como parte do plano de "Transformação do Estado Associada à Gestão de Pessoas", a Medida Provisória contempla 38 categorias de servidores e introduz novas diretrizes para cargos públicos e progressões na carreira. Eles estão sem conseguir negociar o reajuste desde 2019.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

Sem pagamento de emendas

ISRAEL MEDEIROS

Depois de meses de articulações entre o Executivo e o Congresso e uma série de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), as emendas parlamentares continuam a ser um problema para o governo Lula em 2025. A menos de um mês para o início de novas gestões na Câmara e no Senado - os novos presidentes serão eleitos - e com votações importantes pela frente, o Executivo ainda não pagou nada dos quase R\$ 40 bilhões previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para as emendas.

Sem Orçamento em vigor, o governo só pode gastar a cada mês 1/12 avos do previsto e não é possível que o Congresso apresente novas emendas à peça orçamentária, já que ela ainda não entrou em vigor. Dois dos principais portais de acompanhamento da execução orçamentária: o Siga Brasil, do Senado; e o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento exibiam, até ontem à noite, dados zerados para 2025.

A falta de pagamentos este ano foi confirmada ao Correio pela Secretaria de Relações Institucionais (SRI) do governo federal.

"Esclarecemos que, após 31 de dezembro de 2024, não foram realizados pagamento de emendas.

Cabe ressaltar, no caso das emendas, que vários órgãos entraram em 2025 com um limite financeiro remanescente de 2024, o que lhes permitirá efetuar alguns pagamentos emergenciais de restos a pagar, desde que observadas as decisões judiciais e as normas sobre a execução de emendas parlamentares", explicou a SRI em nota.

Janeiro, em geral, é um mês "morto" no que se refere ao pagamento de emendas. Sem atividade no Congresso, a liberação normalmente é mais lenta e consiste, basicamente, na destinação de valores remanescentes dos anos anteriores. Em 2025, no entanto, além do impedimento de emendar o orçamento, há decisões judiciais travando o pagamento dos recursos, o que deve reverberar ao menos até fevereiro, quando o Congresso volta aos trabalhos e o governo terá que reabrir os cofres para garantir a aprovação de projetos.

A relação do governo com a nova liderança do Legislativo e a possibilidade de conseguir votos dependerão, principalmente, da capacidade de pagar emendas, além da distribuição de cargos na

Esplanada. A **reforma ministerial**, que pode sair ainda neste semestre, também será crucial para acomodar aliados de lideranças no Congresso.

Judiciário

Já no recesso do Judiciário, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), bloqueou valores bilionários em emendas indicadas no ano passado por líderes da Câmara e do Senado e exigiu mais transparência, em outro capítulo do jogo de empurra-empurra que começou ainda em agosto e que resultou no bloqueio, por três meses, de todos os pagamentos de emendas impositivas.

Depois de ter liberado os pagamentos em dezembro, Dino fez novos bloqueios. Já no recesso do Judiciário, o ministro mandou suspender o pagamento de R\$ 4,2 bilhões em valores indicados pela Casa Baixa (parte do montante já foi liberado) e outros R\$ 2,5 bilhões indicados pelo Senado.

O maior problema, na visão do ministro, foi a falta de rastreabilidade do dinheiro. Os valores bloqueados no fim do ano são referentes a emendas de comissão, cuja aprovação é feita de forma colegiada. Ambas as Casas, no entanto, fizeram as indicações por meio dos líderes partidários, algo que Dino considerou irregular.

Outro problema apontado por Dino está nos valores destinados a Organizações Não Governamentais (ONGs). Em 3 de janeiro, o ministro suspendeu os pagamentos a 13 organizações que não cumpriam critérios de transparência exigidos pela Corte. O bloqueio foi fruto de uma auditoria feita pela Controladoria-Geral da União (CGU) a pedido do magistrado.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6844/07-01-2025.html?all=1>

Planalto busca na oposição votos para aprovar projetos do governo na Câmara

HUGO HENUD

Nos dois primeiros anos de governo Lula, partidos considerados de oposição como PL, Republicanos e PP contribuíram, em média, com 34% dos votos totais a favor de projetos de interesse do Palácio Planalto em votações na Câmara dos Deputados.

Os dados reforçam padrão identificado em pesquisa da USP que mostra como os presidentes brasileiros, ao longo da história, têm dependido cada vez mais de coalizões informais - apoios vindos de fora da base governista - para viabilizar a aprovação de pautas cruciais no Congresso.

O levantamento, realizado entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024, definiu como partidos da coalizão presidencial as siglas que se declaram governistas ou possuem ministérios.

Já os partidos de oposição foram classificados como aqueles que não integram formalmente a base governista, mesmo tendo assumido pastas ao longo desses dois anos.

Republicanos e PP, embora comandem os ministérios de Portos e Aeroportos e do Esporte, respectivamente, mantiveram, na maior parte do tempo, uma atuação predominantemente oposicionista nas votações realizadas na Câmara.

Entre as siglas de oposição que mais contribuíram com o Planalto nos dois primeiros anos de gestão está o PP, que, em média, seguiu a orientação oficial do governo em 10% das votações. A contribuição reflete o índice de governismo da legenda liderada por Arthur Lira (AL), calculado em 74%, conforme dados do Radar do Congresso.

O indicador avalia o grau de alinhamento de partidos às orientações do Planalto a partir das votações nominiais - decisões em que cada parlamentar registra seu voto de forma individual e pública no Congresso. Assim, votos alinhados, sejam a favor ou contra, aumentam a taxa, enquanto divergências, abstenções ou ausências a reduzem.

O Republicanos, partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, contribuíram, respectivamente, com 9% e

8,5% dos votos em favor do governo. Em seguida, aparecem Podemos (2,5%), PSDB (2,5%), Cidadania (1%) e Novo (1%). Siglas cujos parlamentares não atingiram o número mínimo de participações em votações nominiais para o cálculo do índice de governismo, como PTB, PSC, PROS e Patriota, não foram consideradas. Esses percentuais refletem o peso de cada partido no conjunto dos 34% provenientes da oposição.

REFORMAS. Entre as pautas que só avançaram com apoio significativo da oposição estão a **reforma tributária** e a reforma da Previdência. Consideradas estruturais, as pautas só foram aprovadas graças à articulação que contou com votos de partidos fora da base governista, de acordo com o pesquisador da USP Pedro Assis, um dos autores do estudo.

Ele destacou que, desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a pesquisa identificou que os votos dos partidos que compõem o presidencialismo de coalizão - sistema no qual o governo forma alianças com diferentes siglas para garantir maioria no Congresso - não são suficientes para assegurar a aprovação da agenda presidencial na Câmara. "Os presidentes precisam do apoio do que chamamos de coalizões informais, formadas por partidos de oposição, para garantir a aprovação de pautas cruciais." A pesquisa revela que, caso os mandatos presidenciais dependessem exclusivamente dos votos dos partidos que integram as coalizões formais - ou seja, a base governista -, a taxa de sucesso do Executivo nas votações cairia de 92% para 66%. Professor de Ciência Política da USP, Glauco Peres ressaltou que os presidentes enfrentam crescente dependência de apoios fora da base oficial para ter governabilidade.

"Identificamos que, cada vez mais, a base governista depende de coalizões informais", disse Peres.

Para o professor de Ciência Política do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) Vinicius Alves, a crescente dependência dos presidentes de coalizões informais reflete uma mudança na correlação de forças entre Executivo e Legislativo nos últimos anos. Segundo ele, essa transformação foi impulsionada pela proliferação de siglas, intensificando a fragmentação partidária e dificultando a formação de coalizões estáveis.

FRAGMENTAÇÃO. "O fato de o presidente recorrer sistematicamente a apoios fora da base governista para aprovar projetos é um reflexo das características do sistema político brasileiro, marcado por alta fragmentação e multipartidarismo.

Esse cenário exige negociações mais complexas, ampliando o peso das coalizões informais", observou Alves.

O professor de Ciência Política da USP Sergio Simoni Junior acrescentou que alterações em mecanismos institucionais contribuíram para enfraquecer a autonomia do Executivo.

Entre as mudanças estão o novo trâmite de medidas provisórias, a revisão dos vetos presidenciais e as emendas parlamentares, que passaram a ser, em parte, impositivas (de pagamento obrigatório).

"Embora existam temas que a oposição apoie por concordância, em muitos casos o governo controla o timing de liberação das emendas para garantir apoio às suas pautas, o que frequentemente ocorre às vésperas de votações importantes", afirmou Simoni Jr.

Como mostrou o Estadão, o governo desembolsou R\$ 7,1 bilhões em emendas em dois dias para destravar o pacote de corte de gastos no Congresso.

GOVERNISMO. Quando considerado o índice de governismo - que mede o grau de alinhamento dos parlamentares com a orientação do governo em votações na Câmara -, os partidos que mais apoiaram o Planalto em 2023 e 2024 foram aqueles que integram a base de Lula. Entre eles, destacam-se PT, PCdoB e PV, com aproximadamente 97% de fidelidade.

Na sequência, aparecem PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, com 94%; PDT, com 91%; Rede, com 89%; Avante e Solidariedade, com 87% e 85%, respectivamente; e PSOL, com 80%.

Ainda na base do governo estão o PSD, liderado por Gilberto Kassab, que comanda três pastas (Agricultura, Minas e Energia e Pesca) e apresentou 81% de adesão ao Planalto nas votações.

O MDB, responsável pelos ministérios das Cidades, Planejamento e Transportes, registrou 80% de fidelidade. O União Brasil, que também ocupa três pastas (Turismo, Comunicações, além de indicar o titular da Integração), teve 67% de alinhamento.

Apesar do espaço na Esplanada, o União Brasil tem entregado menos votos ao Planalto na Câmara do que

outras siglas com ministérios. A legenda exemplifica a nova dinâmica de negociação entre Executivo e Legislativo, na qual a distribuição de cargos em ministérios já não é suficiente para garantir vitórias no Congresso, nem mesmo entre partidos aliados.

"A forma mais caricata do funcionamento do presidencialismo de coalizão era: o presidente distribuía ministérios, e os parlamentares, em sua maioria, automaticamente apoiavam as propostas do governo", disse Simoni Jr. Ele ressaltou que, apesar da **reforma ministerial** prevista por Lula para 2025 - destinada a ampliar a base aliada e assegurar respaldo às pautas governistas -, esse modelo, por si só, não garante apoio consistente no Legislativo.

Para o professor da USP, a coalizão informal, com apoio da oposição, ganha relevância à medida que a base governista se reduz, exigindo mudanças na dinâmica do presidencialismo de coalizão.

"As bases de negociação mudaram, os partidos que compõem a base não são garantia de disciplina total em votações; são fatores que trazem desafios tanto para Lula quanto para os próximos presidentes."

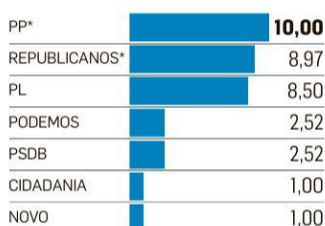
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

LEGISLATIVO

A relação do Executivo com os partidos no Congresso

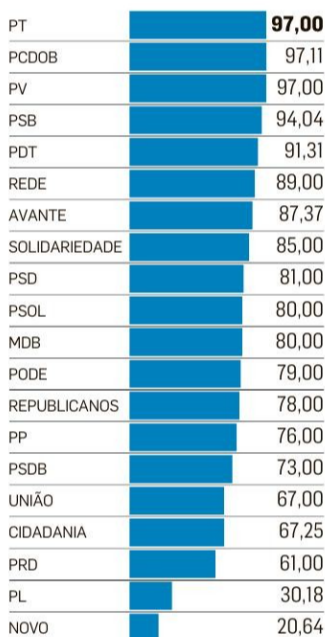
Porcentual de apoio da oposição ao governo Contribuição média de partidos que formam a coalizão informal nas votações no Congresso

EM PORCENTUAL, ENTRE 2023 A 2024



Índice de fidelidade dos partidos ao presidente Nível de alinhamento dos partidos com o governo em votações realizadas no Congresso

EM PORCENTUAL, ENTRE 2023 A 2024



*PP E REPUBLICANOS FORAM CONSIDERADOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO NESTE CÁLCULO, APESAR DE INTEGRAREM A BASE GOVERNISTA EM DETERMINADOS MOMENTOS DO PERÍODO ANALISADO

FONTES: DADOS ABERTOS CÂMARA DOS DEPUTADOS E RADAR DO CONGRESSO (CONGRESSO EM FOCO) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Reforma da renda esperará eleição das mesas, diz Haddad

Estevão Taiar e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira (6) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aguardará as eleições para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado para tratar da **reforma tributária** sobre a renda com os congressistas. Haddad garantiu, no entanto, que o tema será debatido com o Congresso em 2025. As eleições na Câmara e no Senado estão marcadas para o começo de fevereiro.

"O presidente vai primeiro aguardar a eleição das mesas. Essas coisas têm que avançar um pouco mais", disse Haddad a jornalistas no Ministério da Fazenda, em Brasília. "Mas a discussão está programada para 2025. Ela tem que acontecer em 2025." Parte da reforma da renda já foi divulgada no fim do ano passado, com a isenção de Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil mensais. Como forma de compensação fiscal, o governo federal propôs uma alíquota efetiva mínima de imposto de 10% sobre os rendimentos de todas as pessoas físicas que ganham mais de R\$ 50 mil mensais. O texto que trata das mudanças ainda não foi, no entanto, apresentado pelo governo federal.

Para este início de ano, Haddad afirmou que a "prioridade" do governo é aprovar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deste ano, que ainda está em tramitação no Congresso. Apesar da importância dada ao assunto, o ministro afirmou que a falta de aprovação não cria neste momento nenhum tipo de restrição para a execução dos gastos. Isso porque existe uma regra que estabelece que, sem a aprovação, a execução mensal se limita a 1 / 12 do Orçamento. Além disso, "no começo do ano há sempre uma execução mais lenta" das despesas, segundo ele. Haddad afirmou, porém, que será preciso discutir com o relator do Ploa, senador Angelo Coronel, "para ajustar o Orçamento às perspectivas do arcabouço fiscal e das leis aprovadas no fim do ano passado".

Haddad negou que a possibilidade de elevar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para conter a alta do dólar. Segundo ele, há um processo de "acomodação" natural do câmbio.

À noite, Haddad e Rui Costa (Casa Civil) discutiram as

portarias e demais atos normativos necessários para regulamentar as leis do pacote fiscal, aprovado no fim do ano passado pelo Congresso. De acordo com Haddad, os dois também discutiram "um pouco" o Orçamento de 2025 que ainda não foi votado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188083?page=1§ion=1>

Bolsa sobe mais de 1% e dólar recua para R\$ 6,112

FERNANDA STRICKLAND

O dólar fechou em queda de 1,13%, ontem, cotado a R\$ 6,112, para a venda, registrando a maior retração em mais de duas semanas.

O movimento ocorreu em meio à especulação de que o governo do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, poderia adotar tarifas de importação menos agressivas do que inicialmente previsto. Em contrapartida, o Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), subiu 1,26%, fechando em 120.021 pontos.

A notícia, publicada, ontem, pelo jornal norte-americano The Washington Post, indicava que os assessores de Trump defendem a aplicação de tarifas mais elevadas apenas em setores considerados cruciais para a segurança nacional, como energia e defesa.

Contudo, Trump negou a informação por meio de sua rede social, classificando-a como fake news. Apesar da negativa, o mercado reagiu positivamente à possibilidade de uma abordagem menos protecionista.

A perspectiva de tarifas moderadas nos EUA impactou o mercado global, reduzindo a força do dólar e impulsionando o apetite por ativos mais arriscados, como ações e moedas de países emergentes. No Brasil, o dólar comercial encerrou o dia cotado a R\$ 6,112 para a venda.

O motivo para a reação no câmbio está ligado à expectativa de menor pressão inflacionária nos Estados Unidos se Trump evitar aumentos bruscos de **impostos**.

Caso isso ocorra, a **inflação** tende a diminuir, o que pode levar o Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) a não elevar as taxas de juros tão rapidamente, tornando os mercados emergentes, como o Brasil, que está aumentando os juros, mais atraentes para investidores estrangeiros.

IBovespa

A Bolsa brasileira também refletiu o otimismo global, retomando o patamar dos 120 mil perdido na semana anterior.

Com a liquidez do mercado aumentando após o fim do período de festas, investidores aproveitaram o momento para adquirir ações consideradas subvalorizadas.

O volume financeiro da sessão somou R\$ 19,2 bilhões.

Apesar do avanço, o índice ainda acumula queda de 0,22% no mês.

A moderação nas tarifas de importação nos Estados Unidos tende a beneficiar economias emergentes ao reduzir a aversão ao risco no mercado global.

Isso impulsiona o fluxo de capital para países com juros mais altos, como o Brasil. Além disso, a perspectiva de menor pressão inflacionária nos EUA alivia os mercados, o que pode continuar pressionando o dólar para baixo.

Para Anilson Moretti, head de câmbio da HCI Invest, o mercado ainda depende de importantes eventos econômicos no mercado norte-americano nas próximas semanas. "A expectativa é de mais duas reduções de juros pelo Fed, em 2025, enquanto os EUA adotam uma política monetária expansiva, focada no controle da **inflação** e do emprego. Já o Brasil, segue na direção oposta, com uma política restritiva, reflexo da baixa credibilidade fiscal. A reconstrução dessa confiança será essencial para atrair investimentos estrangeiros, valorizar o real frente ao dólar e estabilizar a economia", afirmou.

Pelas projeções de Moretti, o dólar pode chegar a R\$ 6,08 nesta semana e recuar para R\$ 5,90 até o fim do mês, caso a credibilidade fiscal seja restabelecida.

No relatório Focus, divulgado ontem, o mercado projeta o dólar a R\$ 6 no fim deste ano.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6844/07-01-2025.html?all=1>

Juro pode ficar acima de 15% em 2025

RAFAELA GONÇALVES

Economistas do mercado financeiro elevaram as projeções para a taxa básica da economia (Selic) no primeiro boletim Focus de 2025.

Conforme os dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), a estimativa para a taxa Selic no fim deste ano subiu de 14,75% para 15% ao ano, o que indica que os juros podem superar esse patamar ao longo do ano. E, pelas projeções no relatório semanal do BC, os juros básicos seguirão acima de dois dígitos, pelo menos, até 2027.

A mediana das expectativas para a **inflação** oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2024, recuou de 4,90% para 4,84%. Foi a 12ª semana seguida de piora nas estimativas. Os dados do IPCA de dezembro e do encerramento do ano serão divulgados na próxima sexta-feira.

Dados que acompanham o horizonte do BC na decisão sobre os juros, a estimativa do IPCA para 2025 e para 2026, foram revisadas para cima. A deste ano, passou de 4,96%, na semana passada, para 4,99%. E a do ano que vem, de 4,01% para 4,03%.

A meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, em 2024 e em 2025. A margem de tolerância para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima. Com a **inflação** acima da meta, as estimativas para os juros no fim de 2026 foram mantidas em 12% ao ano após subir por quatro semanas. Já a previsão para a Selic no fim de 2027 manteve-se em 10% ao ano.

Para Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos, as projeções de alta da Selic, de uma forma mais agressiva, seguem reforçando o compromisso do BC em conter a **inflação**, o que pode fortalecer a confiança dos investidores na política monetária brasileira.

"Mas vale lembrar, que juros mais altos tendem a encarecer o crédito e desacelerar a economia, impactando negativamente setores dependentes de financiamento.

Internamente, o dinamismo da atividade econômica e do mercado de trabalho, aliado a expectativas de **inflação** que seguem desacordadas, e com novos aumentos a cada divulgação do Focus, exigem uma

postura mais restritiva", alertou Lima.

Outro ponto importante a se observar, de acordo com ele, é que a conjuntura econômica dos Estados Unidos adiciona incertezas ao cenário global, influenciando a política monetária brasileira. "Essa expectativa de aumento de, pelo menos, 1,0 ponto percentual na taxa Selic reflete a determinação do BC em controlar a **inflação**, mesmo diante dos possíveis efeitos adversos sobre o crescimento econômico.

O mercado, por sua vez, ajusta suas expectativas e estratégias, aguardando os próximos passos da política monetária brasileira", disse.

PIB

A mediana das projeções para o produto interno bruto (**PIB**) em 2024, por sua vez, foi mantida em 3,49%. Para 2025, a estimativa subiu de 2,01% para 2,02%. A previsões para 2026 e 2027 também foram mantidas em 1,80% e 2,00%, respectivamente.

"O pequeno aumento na expectativa do **PIB** não traz alívio, e o Banco Central deve aumentar a Selic em mais 1% agora em janeiro", ponderou Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike. "A previsão é de uma Selic de 15% no fim de 2025. Esse remédio amargo pesa no bolso de empresas, vai deixar o crédito ainda mais caro, elevando os custos de empresas e consumidores", reforçou. De acordo com o analista, o país precisa de uma ação mais coordenada para controlar a **inflação** sem prejudicar o crescimento econômico.

"Uma ação mais firme do governo para conter gastos, com medidas reais que devolvam a confiança dos investidores no Brasil", acrescentou.

Câmbio x fiscal

Em relação ao câmbio, a expectativa para o dólar para 2025 subiu mais uma vez, passando de R\$ 5,96 para R\$ 6,0, assim como nas últimas semanas. Para o fim de 2026, a previsão permaneceu em R\$ 5,90, assim como para 2027, se mantendo em R\$ 5,80.

João Kepler, CEO da Equity Fund Group, avalia que a elevação da projeção para a Selic, agora em 15%, e a escalada contínua das estimativas para o IPCA e o dólar indicam que os desafios fiscais e inflacionários persistem. "Esse ambiente de juros elevados afeta diretamente o custo de capital das empresas

brasileiras, especialmente aquelas que dependem de crédito para suas operações e expansão", destacou.

"Empresas resilientes e bem-estruturadas tendem a se destacar nesse contexto, especialmente em setores menos sensíveis ao custo do crédito. É um momento de avaliar cuidadosamente os fundamentos e priorizar negócios que demonstram capacidade de adaptação e crescimento sustentável, mesmo diante de adversidades econômicas", aconselhou.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6844/07-01-2025.html?all=1>

pacífico

Novos cenários

Primeiro boletim Focus do ano mostra piora nas principais projeções do mercado para a economia neste ano



Indicador	2024	2025	2026	2027
IPCA (Em %)	4,89	4,99	4,03	3,90
PIB (%)	3,49	2,02	1,80	2,00
Câmbio (R\$/US\$)	6,05	6,00	5,90	5,80
Taxa Selic (Em % ao ano)	12,25	15,00	12,00	10,00

Fonte: Focus/Banco Central

Trudeau renuncia ao cargo de premiê em meio a crise política no Canadá

O primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, afirmou ontem que renunciará à liderança do Partido Liberal e ao cargo de primeiro-ministro. A saída só deve acontecer, contudo, quando o partido apontar seu sucessor, processo que pode levar semanas ou até meses.

Descrivendo a si mesmo com um "lutador", ele admitiu que não conseguiu superar a paralisia que atinge o Parlamento e defendeu um recomeço. "O país merece uma escolha real na próxima eleição e está claro para mim que, se eu tiver de lutar batalhas internas, não posso ser a melhor opção." Trudeau sinalizou que seu sucessor será escolhido após um processo "nacional". Isso significa que o Partido Liberal tomará o caminho mais longo.

Ele pediu aos canadenses que apoiem o escolhido, porque a oposição, liderada por Pierre Poilievre, teria uma "visão pequena" para o país.

"A visão de Poilievre não é a correta para os canadenses. Recuar em relação aos valores e à força da diversidade que o Canadá sempre trabalhou não é o caminho certo. Atacar jornalistas e instituições não é o que os canadenses precisam. Precisamos de uma visão ambiciosa e otimista de futuro e Poilievre não está oferecendo isso." Em mensagem de vídeo nas redes sociais, Poilievre disse que "os canadenses desesperados para virar a página desse capítulo sombrio podem ficar aliviados porque Trudeau está finalmente saindo". Ele atacou o Partido Liberal, alegando que seus deputados e teriam ajudado Trudeau a "destruir o país".

SUCESSÃO. A renúncia de Trudeau deve levar o Partido Liberal a uma batalha pela sucessão, depois de mais de uma década sob seu comando. A pressão aumentou depois que a vice-premiê e ministra das Finanças, Chrystia Freeland, renunciou abruptamente em dezembro.

A saída de Trudeau ocorre em um ano eleitoral. Novas eleições precisam ser convocadas até outubro. Atualmente, o Partido Liberal está atrás do Partido Conservador nas pesquisas e a popularidade de Trudeau caiu nos últimos meses em razão do custo de vida, da **inflação** e da imigração.

Trudeau, de 52 anos, tem apenas 33% de aprovação,

de acordo com o instituto Ipsos.

Quando foi eleito pela primeira vez, em 2015, ele chegou a ter 70%. Seu partido não tem maioria parlamentar e ele precisa sobreviver a constantes votos de desconfiança para seguir no cargo.

Assim como outros líderes de nações ricas, Trudeau foi vítima da economia e da imigração.

Nas últimas semanas, entrou em cena também o fator Donald Trump, que adotou um discurso agressivo, prometendo impor tarifas aos produtos importados do Canadá.

A resposta do premiê foi correr para Mar-a-Lago, residência oficial do presidente eleito dos EUA, para dialogar - uma atitude que foi vista pelos canadenses como um gesto de subserviência.

Trump minou ainda mais a autoridade de Trudeau ao sugerir que o Canadá fosse anexado pelos EUA.

Ontem, Trump voltou a repetir a ideia. "Se o Canadá se fundisse com os EUA, não haveria tarifas, os **impostos** diminuiriam e eles teriam total segurança contra as ameaças dos navios russos e chineses que os cercam", disse Trump.

RIVAL. O principal adversário de Trudeau é o líder do Partido Conservador, Pierre Poilievre, de 45 anos, considerado pouco convencional para o Canadá por conta de sua retórica agressiva. Poilievre repete constantemente que o "Canadá está quebrado" e só ele é capaz de botar o país nos trilhos, um discurso que espelha o de Trump.

O conservador tenta se colocar como um líder prático que irá resolver os problemas do Canadá e abusa de slogans simples que prometem a volta do "bom senso". Poilievre também se destaca pelo uso das redes sociais para se conectar com o público e explicar os principais problemas do Canadá.

I NYT

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad nega mudar câmbio para conter dólar

CÍCERO COTRIM E RENAN MONTEIRO

Após negar uma elevação no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para conter a alta do dólar, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que há um processo de "acomodação natural" no câmbio. "É natural que as coisas se acomodem.

Mas não existe discussão de mudar o regime cambial no Brasil. Nem de aumentar imposto com esse objetivo", afirmou o ministro a jornalistas, na entrada da sede da Fazenda, em Brasília.

Haddad avaliou que houve estresse no câmbio não só no Brasil como em todo o mundo no fim de 2024. Ontem pela manhã, o dólar chegou a recuar para menos de R\$ 6,10 no mercado à vista, com informações de que o próximo governo dos Estados Unidos pode adotar um conjunto de tarifas menos abrangente do que o esperado.

"Hoje (ontem) mesmo, o presidente eleito dos EUA (Donald Trump) deu declarações moderando determinadas propostas que foram feitas ao longo da campanha", afirmou Haddad. Na verdade, não foi Trump quem deu as declarações, mas sim uma reportagem do Washington Post que ouviu assessores do presidente eleito. Após a publicação, o republicano disse que o texto se tratava de "fake news".

ORÇAMENTO. Também ontem, o ministro disse que conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o planejamento do ano e o Orçamento de 2025. A prioridade do governo é aprovar o Orçamento no Congresso, mesmo que não haja expectativa de restrições pelo fato de a peça ainda não ter sido votada. "No começo do ano é sempre uma execução mais lenta. Mas nós temos de discutir, falar com o relator para ajustar o Orçamento às perspectivas do arcabouço fiscal e das leis que foram aprovadas no final do ano passado." Segundo o ministro, novas medidas de corte de gastos não foram discutidas. Haddad interrompeu suas férias ontem e se reuniu com Lula durante uma hora e meia pela manhã, na volta do presidente ao Palácio do Planalto. Em nota, a Fazenda afirmou que o recesso havia sido marcado porque um familiar de Haddad faria uma cirurgia. Como esse familiar já estava recuperado, o ministro voltou ao trabalho.

Como a Lei Orçamentária Anual (LOA) não foi aprovada no ano passado, o governo funcionará nos primeiros meses deste ano com o chamado "duodécimo" - regra que autoriza o Executivo a gastar 1/12 do valor previsto na peça orçamentária para garantir o funcionamento da máquina pública.

O Executivo quer votar a LOA até fevereiro.

**

Analistas preveem alta da **inflação** e Selic a 15% no fim de 2025 | CÍCERO COTRIM/BRASÍLIA

O primeiro relatório Focus, do Banco Central, de 2025 mostra mais uma piora das projeções econômicas. A mediana para o IPCA do ano subiu pela 12.ª semana consecutiva, passando de 4,96% para 4,99% - acima do teto da meta, de 4,5%. Um mês antes, a projeção intermediária era de 4,59%.

Em relação à taxa de juros, a mediana do relatório Focus aumentou de 14,75% para 15% o patamar da Selic no fim deste ano. Um mês atrás, estava em 13,5%.

A mediana do relatório Focus para a cotação do dólar no fim de 2025, por sua vez, subiu de R\$ 5,96 para R\$ 6. Um mês antes, estava em R\$ 5,77.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

2025 deve ter idas e vindas na agenda fiscal (Artigo)

O ano de 2025 se inicia trazendo muitas indagações sobre o caminho da economia política internacional. Não por acaso, há muita atenção e preocupação com as consequências para a economia brasileira. Como destaca meu colega Bráulio Borges, a incerteza sobre a política comercial dos EUA quase quadruplicou entre agosto e novembro, atingindo o maior nível já registrado desde 1960, quando tem início a série histórica do indicador baseado em notícias (Monthly TPU index). Estudo usando esse indicador aponta que aumentos da incerteza comercial global geram impacto negativo bem evidente no investimento privado.

A guerra comercial prometida por Trump em seu segundo mandato ameaça ser bem mais acentuada e abrangente do que aquela implementada em 2016-2020, com imposição de tarifas mais altas em um maior número de países (incluindo o Brasil) e relativas a uma cesta mais ampla de produtos.

Além disso, o ambiente econômico americano e global hoje é menos propício à acomodação de um choque tarifário nas importações. Vale lembrar que, em 2016, a **inflação** nos Estados Unidos caminhava abaixo da meta, enquanto hoje corre acima. O importante núcleo de serviços (excluindo-se aluguéis) da **inflação** estadunidense tem flutuado em torno de 4,4%, muito acima da meta de 2%. Para piorar a situação, num panorama global, as dívidas públicas dos países estão em patamares historicamente bastante elevados.

Em função dessa conjuntura econômica internacional conturbada, ao apagar das luzes de 2024, o Executivo e o Legislativo trabalharam para aprovar um pacote de medidas de contenção de despesas. Contudo, não foi suficiente para amainar os ânimos dos agentes econômicos, uma vez que o dólar continuou se valorizando frente ao real, tendo subido ao longo do ano em 22%. Em resposta, o Banco Central do Brasil deu início ao processo de elevação da taxa de juros.

Frente ao elevado nível de incerteza ao qual a economia brasileira está exposta, um número expressivo de analistas advoga a favor de medidas duras, de impacto imediato, no controle da elevação das despesas.

No entanto, embora fosse altamente recomendável

uma ação contundente no campo das contas públicas, há fortes resistências. E não à toa, já que o rol de medidas que vêm sendo aventadas na imprensa como passíveis de serem implementadas é malvisto por boa parte do eleitorado (tais como uma nova regra para a correção dos gastos com saúde, a correção do salário mínimo apenas pela **inflação** ou uma nova reforma da Previdência).

Desse modo, dado o tamanho da "briga", a classe política procurará empurrar com a barriga o embate. De fato, o Executivo e o Legislativo só aceitarão encarar a aprovação dessas duras medidas caso não vejam outra saída, até porque o que está em discussão são pautas que afetam temas muito caros a um governo do PT-seria factível, por exemplo, imaginar o partido apresentando proposta de correção do salário mínimo apenas pela **inflação** passada?

No entanto, o recente pacote fiscal produzido pelo governo do PT sugere que o cuidado com a situação fiscal do país está no radar da grande maioria dos agentes políticos relevantes. Ao analisar a proposta apresentada e o processo para sua aprovação no Congresso, dois pontos requerem atenção. Em primeiro lugar, o salário mínimo (SM) deixou de ser corrigido pela integralidade da taxa de crescimento da economia. Em função da nova regra, o SM de 2025 sofre correção real de 2,5%, enquanto pela regra antiga o reajuste real seria de 3,2%. Assim, por conta das dificuldades fiscais do país, a promessa de campanha do presidente Lula de atrelar* o aumento real do SM à taxa de crescimento do **PIB** foi relaxada. E um segundo aspecto merece destaque: a proposta enviada pelo governo que restringia a elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi entendida como muito dura pelas Casas Legislativas, e, por isso, desidratada. Nesse caso, o Parlamento brasileiro considerou excessivo o nível de exigência imposto pelo governo do PT para fazer jus a um benefício social, o BPC.

Como se vê, existe uma percepção clara e generalizada de que a questão fiscal é importante. Obviamente, isto não deve ser interpretado como fazer ajustes fiscais "preventivos". Afinal, as demandas da sociedade brasileira ainda são muitas e prementes. É a velha história do cobertor curto.

Retornando à economia política, não se pode perder

de vista que a próxima eleição presidencial ocorrerá daqui a apenas um ano e dez meses. Por isso, a tentação de postergar a contenção de crescimento das despesas obrigatórias é grande. Obviamente, a tendência é empurrar com a barriga enquanto der.

Por fim, os erros nas projeções econômicas têm causado eventuais questionamentos quanto à confiabilidade dos cenários futuros. Em 2024, por exemplo, o **PIB** cresceu bem acima do esperado. Segundo o Boletim Focus do Banco Central, o **PIB** deve registrar uma expansão de cerca de 3,5%, ante expectativa de alta de 1,5% em dezembro de 2023. Na verdade, as subestimações para o **PIB** têm sido recorrentes e expressivas ao longo dos últimos cinco anos. No auge da pandemia, esperava-se que o **PIB** registrasse uma queda abrupta de mais de 7% em 2020, mas a redução ficou em 3,3%. A partir daí, as projeções de crescimento econômico de dezembro de um ano para o ano subsequente acabaram mostrando subavaliações em torno de 2 pontos percentuais em relação ao **PIB** efetivamente verificado.

Frente aos equívocos de previsão ocorridos, a segurança com os cenários econômicos traçados pelos especialistas passa a ficar comprometida. Não por acaso, a classe política e alguns formadores de opinião olham com certa desconfiança as projeções atuais. Afinal, porque acreditar que para 2025 as previsões estão "corretas"? O que garante que este ano será diferente?

Em síntese, está bastante difícil de antever as "novidades" que virão do exterior. Tudo leva a crer que o ano será de muita turbulência, fazendo com que as expectativas dos agentes econômicos fiquem muito voláteis. Com isso, as idas e vindas da classe política com a agenda fiscal serão marcantes em 2025.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente E-mail luiz.schymura@fgv.br

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188083?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188083?page=1§ion=1)**

Setor público acumula déficit de 1,41% do PIB até 3º tri, aponta BC

O Resultado Fiscal Estrutural (RFE) do setor público consolidado (União, Estados, municípios e estaduais) foi de déficit de 1,41% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no acumulado dos três primeiros trimestres de 2024, de acordo com boletim da Secretaria de Política Econômica (SPE). O resultado é formado por déficit de 1,16% do governo central (União), 0,16% dos governos regionais e de 0,09% das estaduais.

O RFE exclui do resultado primário do setor público consolidado calculado pelo Banco Central eventos fiscais não recorrentes, como arrecadações e despesas extraordinárias, além de retirar o efeito cíclico "derivado do nível de atividade econômica, das flutuações do preço internacional do barril de petróleo e do minério de ferro".

Em 2023, o déficit fiscal estrutural cresceu frente a 2022. O setor público consolidado teve um resultado de -2,14% do **PIB** potencial, ante -0,60% registrado em 2022. No caso do governo central, o déficit registrado em 2023 foi de 2% do **PIB** potencial. A esse resultado se somam -0,13% do **PIB** dos governos regionais e de -0,02% das estaduais.

Já o resultado de 2024 acumulado até setembro indica uma melhora em relação a 2023, mas ainda é pior que o número obtido em 2022. O número, ainda assim, é comemorado pelo governo no relatório divulgado pela SPE, que cita que os dados indicam "orientação de consolidação fiscal estrutural". O documento será detalhado nesta terça-feira pela equipe econômica, em coletiva de imprensa.

A secretaria espera que o resultado fechado de 2024 indique "consolidação fiscal de maior magnitude frente a 2023, uma vez que parte relevante do ajuste nas despesas ficou concentrada no segundo semestre de 2024 e, portanto, ainda não foi captada de forma completa na estatística até o terceiro trimestre".

Ainda de acordo com a SPE, os dados disponíveis do ano passado indicam que foi adotada uma política fiscal pró-cíclica, ou seja, contracionista (impulso fiscal negativo) frente a um hiato do **PIB** em volume negativo no fechamento de 2023. Já em 2023, a política adotada foi contracíclica quanto à demanda agregada, ou seja, houve expansão fiscal frente a um hiato negativo.

O hiato do **PIB** é a diferença entre o resultado efetivo da economia e o seu potencial. Se o hiato for positivo, a economia está rodando acima do seu potencial, o que tem tendência a efeito inflacionário. Se está negativo, a economia está rodando abaixo da sua capacidade produtiva. (JS)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188083?page=1§ion=1>

Dólar recua e projeções para Selic voltam a 16%

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinete Luana Reis De São Paulo

A percepção de que o novo mandato do presidente americano Donald Trump pode não ser tão danoso, do ponto de vista tarifário, quanto o esperado para as economias de outros países alimentou um forte alívio no mercado local na sessão de ontem, com a maior procura de investidores por ativos de risco.

O suporte para o movimento de distensão veio de uma reportagem do jornal "The Washington Post", que trouxe que o próximo governo de Trump estuda aplicar tarifas de importação a produtos críticos, e não de forma universal, como ventilado anteriormente. A apuração foi negada pelo republicano horas depois. Os mercados chegaram a devolver parte do alívio visto com a reportagem em certo momento do pregão de ontem, mas voltaram a melhorar na sequência.

O maior apetite por risco global e a menor liquidez levaram a uma redução elevada do prêmio de risco na curva a termo brasileira nas primeiras três sessões deste ano. No fechamento de ontem, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2026 teve queda de 15,085%, do ajuste anterior, para 14,97%; e a do DI de janeiro de 2031 exibiu baixa robusta de 15,055% a 14,75%.

Com isso, os juros futuros agora precificam uma Selic ao redor de 16% ao fim do ciclo de aperto monetário, o que parece distante do juro básico de mais de 17% que chegou a ser precificado em dezembro passado.

Ainda que a alta esperada por agentes financeiros esteja menor, o tamanho do aperto monetário precificado na curva ainda pode ser considerado bastante duro. Para Aroop Chatterjee, estrategista macro global para mercados emergentes do Wells Fargo, que não descarta a chance de a Selic subir para até 20%, em um cenário mais adverso, será preciso uma pressão maior dos mercados para que haja uma mudança política ou de cenário capaz de frear a deterioração dos ativos brasileiros, após a decepção com o pacote de ajuste fiscal do governo.

Neste contexto, diz o estrategista, o BC deve continuar a elevar os juros para afastar qualquer temor de dominância fiscal, ao mesmo tempo em que a

credibilidade da autoridade monetária "está sendo testada" em meio à pressão inflacionária do setor de serviços, em um contexto de juros reais elevados e de uma inflação acima do teto da meta.

O alívio global em ativos de risco deu suporte para o Ibovespa retomar os 120 mil pontos e fechar com alta de 1,26%, aos 120.022 pontos. O fechamento mais expressivo da curva a termo local teve reflexo direto em ações cíclicas, que subiram em bloco, caso de Yduqs (10,32%), Carrefour (9,98%), Petz (6,47%) e Magazine Luiza (6,23%).

O dólar comercial, por sua vez, fechou a sessão em queda de 1,14%, cotado a R\$ 6,1109. A dinâmica externa ajudou a explicar o avanço do real frente à divisa americana em um dia de enfraquecimento da moeda dos Estados Unidos globalmente. Perto do fim do pregão, o índice DXY tinha queda de 0,66%.

Dados mais fortes do que o esperado de índices de gerentes de compras (PMIs) na Europa deram espaço para uma recuperação do euro, que é o componente de maior peso na cesta do DXY. Com isso, o índice passou a cair e os mercados emergentes acompanharam a tendência.

Apesar do alívio visto, o chefe global de câmbio do Deutsche Bank, George Saravelos, diz que, com inúmeras grandes mudanças políticas no horizonte, os mercados devem estar preparados para mais volatilidade no futuro.

"A nossa interpretação do fluxo de notícias pela manhã é mais 'hawkish' inclinada ao aperto monetário, vindo de um mix de perspectivas políticas. Especificamente sobre tarifas, gostaríamos de enfatizar que não deveríamos ficar esperando uma abordagem ou um cronograma de implementação [de políticas de tarifação] específico; mas é provável que haja múltiplas iniciativas legislativas/executivas sobrepostas com prazos e anúncios contínuos ao longo do ano", afirmou o executivo do Deutsche Bank.

Já na cena externa, o contexto de busca por ativos de risco favoreceu as bolsas de Nova York, mas o movimento ficou concentrado, sobretudo, nos setores de tecnologia e de serviços de comunicação do S P 500.

Pela manhã, a diretora do Federal Reserve (Fed) Lisa Cook indicou que o mercado acionário americano está suscetível a uma "grande queda", o que deu aval para alguma cautela dos investidores durante a sessão, embora bastante tímida. O índice Dow Jones fechou com queda de 0,06%; o S P 500 subiu 0,55%; e o Nasdaq avançou 1,24%. As ações da Nvidia subiram 3,42% e as da Meta avançaram 4,23%. Liderando as altas do Nasdaq, a Microstrategy disparou 11,61% e a Micron Technology teve ganhos de 10,45%.

Para profissionais da BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, a expansão e a adoção da inteligência artificial estão criando oportunidades em diversos setores. "O avanço econômico robusto, o crescimento amplo dos lucros e uma inclinação para qualidade sustentam nossa convicção e posição overweight [equivalente a compra] em ações dos EUA em relação a outras regiões", escreveram os analistas, que também destacaram "valuations" atrativos para as grandes empresas de tecnologia.

Por outro lado, as taxas dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) não firmaram direção única na sessão, com investidores de olho no noticiário sobre a política de comércio exterior de Trump e dados econômicos mais fortes da economia americana.

No fechamento, os rendimentos das T-notes com vencimento em 2 anos operavam em leve queda, de 4,287% para 4,277%. Já os retornos dos papéis de 10 anos subiam, de 4,602% para 4,623%.

R\$ 6,11 foi o valor de fechamento do dólar na sessão de ontem

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188083?page=1§ion=2>